

# **PRESCRIÇÃO NA AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS CONCORRENCIAIS**

**Mauro Grinberg**

**GRINBERG CORDOVIL**

# PRESCRIÇÃO

❖ **Segurança jurídica**

❖ **Negligência do suposto credor**

# INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL

## 1) A partir do fato considerado infração

❖ Código Civil Brasileiro, art. 189: “*Violado o direito, nasce para o titular da pretensão (...)*”

❖ STJ: REsp 1.168.336/RJ – 22.03.2011

# INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL

## 2) A partir da ciência do dano

❖ PLS 283/2016: “(...) *iniciando-se a sua contagem a partir da ciência inequívoca do ilícito*”.

❖ STJ: REsp 1.347.715/RJ– 04.12.2014

➤ Tema: Segurança Jurídica

# INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL

O que é ciência inequívoca?

❖ Solução do PLS: “*publicação do julgamento final do processo administrativo pelo CADE*” – presunção legal

➤ Tema: Ações Anulatórias de decisões do CADE

# INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL

O que é ciência inequívoca?

❖ Alternativa: “*quando do desfecho da ação penal*”.

➤ Tema: desfecho é trânsito em julgado?

# INÍCIO DO PRAZO PRESCRICIONAL

## 3) A partir da sentença definitiva penal quando o fato for crime?

❖ CCB, art. 200: *“Quando a ação se originar de fato que deva ser apurado no juízo criminal, não ocorrerá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva”.*

➤ Tema: dever de apuração ≠ apuração

➤ Tema: quem define?

# TÉRMINO DO PRAZO PRESCRICIONAL

- ❖ CCB, art. 206, § 3º, V: *“Prescreve”(…)“Em três anos” (…)"a pretensão de reparação civil”*.
- ❖ PLS 283: *“Prescreve em 05 (cinco) anos a pretensão à reparação pelos danos causados pelas infrações à ordem econômica (…)"*.



# SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL

- ❖ PLS: Art. 46-A. “(...) *não ocorrerá a prescrição durante a vigência do inquérito ou processo administrativo no âmbito do CADE*”.
- Tema: segurança jurídica sobretudo no inquérito; procedimento inquisitório em que não é necessária a notificação do acusado.
- Tema: caput deve sair.

# SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL

## ❖ Ação Prática

- Ação cautelar para suspender a prescrição (CCB, art. 202, II).
- Tema: quantas vezes? CCB, art. 202: “*que somente poderá ocorrer uma vez*”.

# Obrigado!

Mauro Grinberg

[gcalaw.com.br](http://gcalaw.com.br)

 GCA - Grinberg Cordovil Advogados

**GCA**

